

## **BAURU**

### **HISTÓRICO DA COMARCA**

Explica Teodoro Sampaio: o topônimo Bauru resulta da corruptela de Ybá = urú - termo tupi, que significa "cesto de frutas". Outros explicam-no como "rio de água parada". Contam-se entre os desbravadores da região: Pedro Nardes Ribeiro, José Gomes Pinheiro Veloso e Pedro Francisco Pinto. Em 1887, Bauru fez parte do território da Freguesia do Espírito Santo da Fortaleza, município de Lençóis, fundada por Felicíssimo Antonio de Souza Pereira e Antonio Teixeira do Espírito Santo, no ano de 1859. O mineiro Azarias Ferreira Leite, deixou seu estado natal e, juntamente com a esposa e o sogro, quebrou a impenetrabilidade dos sertões e ali se radicou em 1889, cabendo-lhe assim, a honra de fundador de Bauru. O patrimônio de Bauru foi elevado a Distrito de Paz pela Lei nº 209, de 30 de agosto de 1893. Em 1º de agosto de 1896, foi sancionada, pelo então Presidente do Estado de São Paulo - Campos Sales - a Lei 428, que mudou o nome do município de Espírito Santo da Fortaleza, para Bauru, cuja povoação ficou sendo, também, a sede do município. Alguns autores consideram essa Lei, a de criação do Município de Bauru, não fora o progresso que já atingira o vilarejo no meio das matas, suplantando a ex-sede do município que se apresentava apenas como centro político-social. Em 1905, já iniciada a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, chegaram os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana e em 1910 os da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Espírito Santo de Fortaleza, em virtude da Lei nº 428, de 1º.8.1896, ficou sendo Distrito de Paz de Bauru e pela Lei nº 1.213, de 20 de outubro de 1910 tomou o nome de Piatã; posteriormente, pela Lei nº 1.375, de 31 de dezembro de 1912, foi incorporado ao município de Agudos e extinto pela Lei nº 1.590 de 27 de dezembro de 1917. Bauru tornou-se Comarca em 16 de dezembro de 1910, abrangendo vasta jurisdição que pouco a pouco foi se desmembrando. A evolução histórica de Bauru pode ser dividida em três partes distintas: desde o desbravamento das terras e lutas políticas até sua formação de comunidade voluntariosa e conseqüente mudança da sede do município, com ratificação do Governo do Estado, constitui sua primeira fase; a segunda compreende o período de crescimento vegetativo, como que a amadurecer e a guardar energias para o futuro e vai até o primeiro quartel deste século; o terceiro período

começa junto com o segundo quartel deste século e se caracteriza por progresso e crescimento sem limites. Desbravada as terras, descansou para tomar fôlego e conhecer-se, agora, acelera seu desenvolvimento como cidade prodigiosa do interior paulista.

### **EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA**

FUNDAÇÃO: 1889, pelo mineiro Azarias Ferreira Leite

DISTRITO DE PAZ - Patrimônio de Baurú: Lei nº 209, de 30.8.1893

MUNICÍPIO: 1896

### **CRIAÇÃO DA COMARCA**

COMARCA: Lei nº 1.225, de 16.12.1910

NOME DO FORUM: "DOUTOR RODRIGO ROMEIRO" - Lei nº 6.725, de 16.01.1962.

Denominação homologada, conforme Assento Regimental nº 289, de 30.11.1991.

### **ENTRÂNCIAS**

2ª - Lei nº 1.795, de 17.11.1921, art. 12, § 2

2ª - Lei nº 2.186, de 30.12.1926, art. 3º, § 2

3ª - Lei nº 2.222, de 13.12.1927

2ª - Decreto-lei nº 11.058, de 26.4.1940, art. 17, § 2

3ª - Decreto-lei nº 14.234, de 16.10.1944

4ª - Lei nº 5.121, de 31.12.1958, art. 25, "a"

4ª - Lei nº 5.285, de 18.02.1959, art. 25, "a"

3ª - Decreto-lei nº 158, de 28.10.1969, art. 6º

3ª - Resolução nº 1, de 29.12.1971, art. 7º

3ª - Resolução nº 2, de 15.12.1976, art. 32

3ª ENTRÂNCIA: Lei Complementar nº 877, art. 23, de 29.8.2000.

3ª ENTRÂNCIA: Lei Complementar nº 877, art. 25, de 29.8.2000.

3ª ENTRÂNCIA: Lei Complementar nº 877, art. 27, de 29.8.2000.

ENTRÂNCIA FINAL: Artigo 2º, IV, Lei Complementar nº 980, de 21.12.2005.

### **CRIAÇÃO DE VARAS**

2ª VARA: pela Lei nº 5.121, de 31.12.1958, art. 29, "a"; Lei nº 5.285, de 18.02.1959, art. 29, "a".

3ª VARA: pela Lei nº 8.051, de 31.12.1963, art. 130.

INSTALAÇÃO: 27.9.1969.

4ª VARA: pela Lei nº 8.051, de 31.12.1963, art. 130.

RESOLUÇÃO nº 2, de 15.12.1976: as três primeiras Varas passam a denominar-se 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis e a 4ª Vara, passa a denominar-se Vara Criminal e de Menores, art. 41.

NOTA: De acordo com o art. 1º da Resolução nº 232, de 28.9.2005, a competência da 1ª VARA CÍVEL fica remanejada em 1ª VARA DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES. INSTALAÇÃO em 02.12.2005.

VARA CRIMINAL E DE MENORES: Instalação em 13.02.1979.

4ª VARA CÍVEL: Lei Estadual nº 3.396, de 16.6.1982, art. 17, II.

5ª VARA CÍVEL: Lei nº 6.166, de 29.6.1988, art. 9º, III.

INSTALAÇÃO: 15.12.1989.

6ª VARA CÍVEL: Lei nº 762, art. 18, § VII, de 30.9.1994.

INSTALAÇÃO: 19.02.1999.

NOTA: de acordo com o artigo 1º da Resolução nº 178, de 12.5.2004, o ANEXO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE atribuído a 6ª Vara Cível (conforme resolução nº 122/99, de 30.9.1994) fica remanejado para a 4ª VARA CRIMINAL.

7ª VARA CÍVEL: Lei nº 762, art. 18, § VII, de 30.9.1994.

INSTALAÇÃO: 05.9.2003

8ª VARA CÍVEL: Lei Complementar nº 877, art. 23, V, de 29.8.2000.

NOTA: De acordo com o art. 3º da Resolução nº 232, de 28.9.2005, a competência da 8ª VARA CÍVEL fica remanejada em 1ª VARA CÍVEL.

9ª VARA CÍVEL: Lei Complementar nº 877, art. 23, V, de 29.8.2000.

NOTA: De acordo com o art. 2º da Resolução nº 232, de 28.9.2005, a competência da 9ª VARA CÍVEL fica remanejada em 2ª VARA DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES. INSTALAÇÃO em 02.12.2005.

10ª VARA CÍVEL: Lei Complementar nº 877, art. 23, V, de 29.8.2000.

NOTA: De acordo com o art. 4º da Resolução nº 232, de 28.9.2005, a competência da 10ª VARA CÍVEL fica remanejada em VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. INSTALAÇÃO em 02.12.2005.

11ª VARA CÍVEL: Lei Complementar 877, artigo 23, inciso V, de 29.8.2000.

NOTA: De acordo com o art. 5º da Resolução nº 232, de 28.9.2005, a competência da 11ª VARA CÍVEL fica remanejada em 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA. INSTALAÇÃO em 12.02.2005.

NOTA: de acordo com a Lei Estadual nº 3.396, de 16.6.1982, a VARA CRIMINAL E DE MENORES, passa a denominar-se 1ª VARA CRIMINAL.

2ª VARA CRIMINAL: Lei Estadual nº 3.396, de 16.6.1982, art. 17, I.

3ª VARA CRIMINAL: Lei nº 6.166, de 29.6.1988, art. 10º, II.

INSTALAÇÃO: 15.12.1989.

4ª VARA CRIMINAL: Lei nº 762, art. 19, § III, de 30.9.1994.

INSTALAÇÃO: 17.9.2004.

5ª VARA CRIMINAL: Lei Complementar nº 877, art. 25, II, de 29.8.2000.

NOTA: De acordo com o art. 1º, da Resolução nº 289/2006, de 1º/11/2006, fica remanejada a competência da 5ª Vara Criminal, ainda não instalada, para a 3ª Vara da Família e das Sucessões. Esta Resolução entrou em vigor na data da instalação da 3ª Vara da Família e das Sucessões (conforme art. 3º da referida Resolução), realizada em 02.06.2016.

6ª VARA CRIMINAL: Lei Complementar nº 877, art. 25, II, de 29.8.2000.

NOTA: De acordo com o art. 2º, da Resolução nº 289/2006, de 1º/11/2006, fica remanejada a 6ª Vara Criminal, ainda não instalada, em 5ª

## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Vara Criminal. Esta Resolução entrou em vigor na data da instalação da 3ª Vara da Família e das Sucessões (conforme art. 3º da referida Resolução), realizada em 02.06.2016.

7ª VARA CRIMINAL: Lei Complementar nº 877, art. 25, II, de 29.8.2000.

NOTA: de acordo com o art. 1º da Resolução nº 264, de 17.05.2006, a 7ª Vara Criminal, fica remanejada em 2ª VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS.

INSTALAÇÃO: 04.12.2006.

VARA DO JÚRI, EXECUÇÕES CRIMINAIS E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE: Lei nº 762, art. 21, § II, de 30.9.1994.

NOTA: De acordo com a Resolução nº 101, de 03.9.1997, a Vara do Júri, Execuções Criminais e da Infância e da Juventude, em VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS. Conforme Lei Complementar nº 877, art. 48, III, de 29.8.2000, foi mantido o remanejamento, baixado por resolução do Tribunal de Justiça de São Paulo, com apoio no artigo 40, da lei Complementar nº 762, de 30.9.1994.

NOTA: de acordo com a Resolução nº 264 de 17.05.2006, a Vara das Execuções Criminais, fica renumerada em 1ª VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS, a partir da instalação da 2ª Vara das Execuções Criminais.

VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE: Lei Complementar nº 877, art. 27, I, de 29.8.2000.

INSTALAÇÃO: 15.08.2014.

VARA DO JUIZADO ESPECIAL: Artigo 7º, VII, Lei Complementar nº 980, de 21.12.2005.

NOTA: de acordo com a Resolução n. 615/2013, DE 04.09.2013, a VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL foi renomeada para 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. Remanejada a competência da VARA DO JUIZADO ESPECIAL para a 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL.

INSTALAÇÃO: 10.04.2015.

VARA DA FAZENDA PÚBLICA: Artigo 7º, VIII, Lei Complementar nº 980, de 21.12.2005.



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

### PATRONO DA COMARCA

Homenagem feita ao primeiro juiz da Comarca, “Dr. Rodrigo Romeiro”, Lei nº 6.725, de 16.01.1962. Denominação homologada, conforme Assento Regimental nº 289, de 30.11.1991.

